

RECENSÕES

Os ricos e os pobres

Luciano Amaral

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e Instituto Universitário Europeu de Florença

David Landes, The Wealth and Poverty of Nations.

Why Some are so Rich and Some so Poor

Londres: Abacus, 1998, 661 pp.

Ambição e autoridade

O título da obra de David Landes constitui uma clara evocação daquele que, exceptuado talvez O Capital, de Karl Marx, é o mais famoso livro de economia jamais escrito, The Wealth of Nations, de Adam Smith. À ambição inscrita no título (ou, talvez melhor até, no subtítulo: «Why Some are so Rich and Some so Poor») acrescenta-se, assim, a ambição inscrita na remissão para a obra e o autor fundadores da moderna ciência económica. David Landes não tem, claramente, medo de se medir com os maiores. O tema por si escolhido, aliás, não pede menos. Trata-se de um assunto que tem ocupado, desde há pelo menos duzentos anos, economistas, historiadores, filósofos e intelectuais avulsos, sem que nenhum razoável consenso tenha sido alcançado. Mas David Landes parece querer oferecer-nos a resposta definitiva para o problema das causas da riqueza e pobreza das nações.

O autor resume bem a essência da questão, a páginas xx da sua introdução: «A diferença de rendimento por cabeça entre a nação industrial mais rica, talvez a Suíça, e o mais pobre dos países não industriais, Moçambique, é de mais de 400 para 1. Há duzentos e cinquenta anos este hiato [...] era de 5 para 1, e a diferença entre a Europa e, por exemplo, a Ásia Oriental ou do Sul (China e Índia) era de mais ou menos 1.5 ou 2 para 1». Propõe-se D. Landes explicar esta evolução, que levou os países europeus e as suas extensões anglo-saxónicas (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) a distinguirem-se tão clamorosamente do resto da humanidade.

De onde vem a autoridade de D. Landes para se abalançar a tamanha tarefa? De nacionalidade americana, D. Landes é professor jubilado da Universidade de Harvard, onde até há pouco tempo ensinava história económica. Na sua carreira, para além de artigos dispersos, contam-se apenas três livros. Embora poucos, estes livros enfileiram entre as obras mais marcantes da moderna historiografia económica. Em Bankers and Pashas Landes estudou a relação entre a finança europeia e a economia egípcia do século xix; em The Unbound Prometheus, talvez a sua obra mais importante até The Wealth and Poverty of Nations, estudou a inovação tecnológica e os mecanismos culturais a ela ligados durante o período da revolução industrial; em Revolution in Time dedicou-se ao estudo do fabrico e uso dos relógios mecânicos enquanto instância de inovação tecnológica. Tudo somado, D. Landes pode ostentar um currículo construído ao longo de cerca de meio século, devotado ao estudo da transformação económica e tecnológica.

Não restam dúvidas, assim, sobre a sua autoridade para se lançar naquele que constitui indubitavelmente o tema maior da história económica.

Geografia e política

A explicação oferecida por Landes divide-se por vários níveis. Um primeiro nível remete-nos para a geografia. O carácter temperado do clima e a menor incidência de catástrofes naturais no continente europeu teriam permitido aos seus habitantes adoptarem um regime demográfico que estabeleceu um equilíbrio entre população e recursos favorável à existência de mais terra, gado e floresta per capita do que na maior parte das outras áreas do globo. Trata-se aqui de mais uma remissão para outro gigante da disciplina económica britânica, Malthus, bem como para outra obra de história económica recente igualmente ambiciosa e interessante: *The European Miracle*, de Eric Jones.

Um segundo nível de explicação, parcialmente decorrente do primeiro, situa-nos no campo da política. A partir de certa altura, pouco antes do ano 1000 e pouco depois de terminadas as movimentações populacionais e militares popularmente conhecidas como «invasões bárbaras», a Europa viu-se largamente livre de ataques exteriores. Isso terá permitido aos monarcas europeus converterem os senhores da guerra em pacíficos agricultores e/ou criadores de gado. As repercussões legais desta transformação teriam sido de extrema importância, já que ela estaria na origem do aparecimento e desenvolvimento de princípios de protecção dos direitos de propriedade privada. Em suma, um ambiente natural pouco hostil à actividade económica somado a um ambiente político-legal favorável ao esforço económico individual conduziram a Europa, durante a Idade Média, àquilo a que o autor chama «European exceptionalism». A Idade Média constituiu uma «long multicentennial evolution (1000-1500) [that] rested on an economic revolution, a transformation of the entire process of making, getting, and spending such as the world had not seen since the so-called neolithic revolution» (p. 40). Daqui teria resultado o mencionado «European exceptionalism», no qual «a new society was born, very different from what had gone before, and took a path that set it decisively apart from other civilizations» (p. 31).

A Europa, livre agora de ataques e tendo-se lançado num percurso (ainda larvar) de crescimento económico, mudou a sua postura exterior: «Europe, after centuries of compression and victimization at the hands of invaders, passed to the attack from the eleventh century on. The Crusades (First Crusade, 1096) were a manifestation of this outward push» (p. 64). E foram o primeiro marco da expansão europeia. Esta expansão ocupa uma larga fracção do livro, onde o autor expande a sua erudição, enchendo as páginas com uma interessante colecção de anedotas históricas.

A conclusão a retirar deste movimento expansionista que durou cinco séculos é que alguns países que nele participaram extraíram benefícios no curto prazo, enquanto outros os extraíram no longo prazo. Nos primeiros caberiam a Espanha e Portugal, para quem «the Opening of the World was an invitation to wealth, pomp, and pretension» (p. 169). Nos segundos, a Holanda e a Grã-Bretanha, para quem «it was a chance to do new things in new ways, to catch the wave of technological progress» (p. 169). Isto é, as potências ibéricas, que «started it all» (p. 171), delapidaram uma riqueza súbita em pompa e circunstância, enquanto os países do norte da Europa souberam usar a mesma riqueza para os fins do crescimento a prazo. E é aqui que entra a tese principal do livro. A de que

a cultura dos países do norte era favorável a um bom uso do instrumento imperial, enquanto a dos países do sul não. Numa explícita recuperação de Max Weber, Landes diz-nos que a cultura do norte, baseada nos princípios de comportamento oferecidos pela ética protestante, seria intrinsecamente favorável ao crescimento a prazo, e o episódio imperial não confirmaria senão isso.

A cultura

Daqui para a frente a obra glosa esta ideia, aplicando-a aos mais variados episódios históricos. A revolução industrial britânica seria uma manifestação disso mesmo, já que o que a caracterizaria seria a súbita ocorrência no século xviii de uma vaga de invenções e inovações. Invenções e inovações essas propiciadas pelo espírito crítico e empresarial com que a sociedade britânica do século xviii se acharia excepcionalmente dotada. Teriam seguido a Grã-Bretanha, com maior ou menor atraso, os países que mais rapidamente adoptaram as principais características da sua cultura e espírito empresarial: Estados Unidos, Bélgica, França, Alemanha, Suíça, Holanda... Incapazes de seguir teriam sido os países totalmente desprovidos desses mesmos caracteres culturais: os da Europa do sul, da América Latina (infelizmente herdeira de características ibéricas), do Médio Oriente, da maior parte da Ásia, de África. Seria injusto para o autor não notar que esta ideia vem acompanhada de refinamentos teóricos e descritivos, mas a verdade é que eles são inessenciais. No final, resta sobretudo a cultura. Os falhanços chinês e islâmico merecem do autor atenção especial, certamente porque foram das civilizações mais sofisticadas e progressivas do passado. Especial atenção merece também o sucesso japonês, por parecer contradizer a ideia principal do livro. Mas a resposta é a mesma: a cultura explica tanto aqueles fracassos como este êxito.

Cumprir notar que esta ideia vem embrulhada numa prosa viva e divertida, plena de cor, boutades, afirmações fáceis, ideias peremptórias, muitas certezas e alguma intolerância. É essa mesma prosa que torna a leitura deste livro fácil e compulsiva, à medida que somos transportados de anedota histórica em anedota histórica através de inumeráveis frases opinativas, adjectivos e uma enorme dose de auto-indulgência. E no entanto... No entanto, são tantas as ideias criticáveis apresentadas por Landes... Segue-se a discussão (por manifesta falta de espaço) apenas de algumas delas.

Insucessos da obra

Os fracassos ibéricos, por exemplo, são explicados de acordo com os mais estereotipados preconceitos «decadentistas». As acusações à cultura macho-pomposa dos hidalguitos espanhóis (e seus equivalentes portugueses), às práticas censórias da Igreja Católica, à intolerância contra os judeus, ao peso da inquisição, soam a facilidade. A um autor que leu tanto sobre tantas coisas não se perdoa que não tenha tido em consideração as contribuições de historiadores ibéricos dos últimos vinte anos, tais como Gabriel Tortella, Leandro Prados de la Escosura ou Jaime Reis. E também não vale apelar à barreira linguística, já que qualquer destes autores tem publicado extensamente em inglês.

Mais grave é, talvez, a adesão à mais tradicional visão sobre a revolução industrial britânica (visão sobre a qual D. Landes pode reclamar boa parte da paternidade) sem discutir seriamente a literatura que foi sendo produzida desde os anos 80. É verdade que os nomes de Nick Crafts e Donald/Deirdre McCloskey (e outros) aparecem nas páginas da obra, mas são rapidamente descartados sob uma chuva de frases desclassificadoras.

Estes autores têm vindo a mostrar que a chamada revolução industrial foi um processo lento, não espectacular, não se tendo verificado uma aceleração clara e decisiva do crescimento da economia britânica naquele que é considerado o período clássico da dita revolução, os anos 1750/60-1830. Mais ainda têm estes autores mostrado que, contrariamente à célebre expressão de T. S. Ashton segundo a qual uma «onda de engenhocas» («a wave of gadgets») teria varrido a economia britânica neste período, as transformações tecnológicas da revolução industrial não foram assim tantas nem tiveram um efeito espectacular sobre a economia. Tudo isto apoiado em estudos estatísticos e quantitativos sérios. É evidente que estas ideias são questionáveis e/ou criticáveis, mas têm uma base empírica consideravelmente mais sólida do que a ideia clássica. Discuti-las e desmenti-las implica trazer novos dados empíricos em favor da tese contrária. D. Landes não faz isso, limitando-se a desautorizar sem mais os novos historiadores. Para um autor que dá tanta importância à tolerância inscrita na cultura anglo-saxónica, aquilo que se pode dizer é que, no mínimo, é intolerante.

Igualmente grave é a reafirmação (não explícita, muito mitigada e refinada, é certo) da tese rostowiana da uniformidade dos processos de industrialização. Desde Alexander Gerschenkron que se tem produzido uma enorme massa de literatura recenseando a multiplicidade de causas e trajectos dos vários processos de industrialização. Tem-se mesmo vindo a descobrir quão especial e única foi a industrialização britânica e o quão divergentes dela foram as de países como a França, a Alemanha ou os Estados Unidos. Mais uma vez, a menção à literatura (ou pelo menos ao tema) é feita por Landes, mas sempre num tom de desclassificação fácil.

A valorização da cultura enquanto elemento explicativo essencial revela a sua fraqueza numa série de outros tópicos. Sendo ela tão essencial, como explicar então o declínio britânico? Como explicar que, hoje, países do sul e/ou católicos como a Itália ou a Irlanda tenham um nível de pib per capita quase igual ou superior ao britânico? Tornaram-se esses países subitamente protestantes? Importaram a cultura britânica (f.o.b.)? Sobre a «British disease» (p. 455) Landes esquece a cultura e o melhor que tem para oferecer é o recurso à perda de dinamismo empresarial. Mais uma vez, as frases coloridas: o caso britânico seria um caso de «prisão de ventre empresarial» («entrepreneurial constipation», p. 455). Será que o êxito italiano pode ser representado como um caso de «diarreia empresarial»?

O livro também oferece pouco que ajude a entender a recente convergência de países como o Japão, os tigres asiáticos ou as nações da Europa do sul (Espanha, Portugal e Grécia). Estas últimas desaparecem das páginas de Landes a partir do seu fracasso no século XIX. Quanto aos primeiros, Landes procura explicar o seu êxito. Em que teria residido ele? A resposta é fácil: na sua cultura. O Japão é apresentado como uma espécie de Grã-Bretanha do Extremo Oriente. Culturalmente aberto e tolerante, empresarialmente dinâmico, dotado de uma população trabalhadora e aforradora, o Japão simplesmente tinha de acompanhar os países mais desenvolvidos. Considerações similares são feitas relativamente aos tigres asiáticos. Provavelmente por inexplicável face ao conceito essencial da obra, no tinteiro fica a evolução da Europa do sul. Esta é certamente ainda uma região pobre por padrões da União Europeia, mas tem vindo a ganhar terreno com razoável celeridade, tanto que hoje se pode dizer que a Grã-Bretanha não é senão 20 por cento mais rica do que a Espanha e 30 por cento mais rica do que Portugal, quando, no início do século, o mesmo hiato separando aquelas economias era de 70 por cento e 80

por cento, respectivamente. Parece que os empresários britânicos continuam a necessitar de consultar um bom gastroenterologista. Provavelmente o mesmo consultado pelos empresários portugueses e espanhóis.

A tudo isto acresce na obra de Landes aquilo que parece ser uma falha de densidade histórica. D. Landes esquece que a predominância europeia no mundo tem apenas trezentos anos. E que a predominância anglo-saxónica data simplesmente de há duzentos anos. Landes é incapaz de explicar o maior dinamismo cultural islâmico até ao ano 1000. O mesmo, de resto, sucedendo com o dinamismo cultural chinês entre o ano 1000 e o século xvi. E é desta forma que cerca de mil anos de história são transformados numa espécie de pré-história dos últimos dois séculos de pujança anglo-saxónica. Os fracassos das civilizações islâmica e chinesa são rapidamente explicados como tendo origem no seu imobilismo cultural e institucional. Parece fácil.

É sempre problemático utilizar como explicativo um elemento teórico tão volátil como a cultura. Dada a sua intangibilidade corre-se o risco de não-refutabilidade. Porque se desenvolveu o Japão? Graças aos seus hábitos culturais. Porque não se desenvolveu a China? Devido aos seus hábitos culturais. Eis um raciocínio típico de post hoc ergo propter hoc. Não se abre aqui a porta à refutação ou, para utilizar a terminologia popperiana, à falsificação. Para além disso, se alguma coisa a economia e a econometria ensinam é que não há explicações monocausais. Sendo, portanto, as explicações pluricausais, é necessário atribuir pesos diferentes a diferentes causas. A cultura será certamente uma causa importante no desenvolvimento económico, mas quão importante? Para utilizar uma linguagem um pouco técnica, qual é a elasticidade do crescimento da economia em relação aos caracteres culturais apresentados por Landes? Se concebêssemos uma função de produção em que o crescimento da economia seria função do dinamismo empresarial, da paciência da população, da sua honestidade, dos seus hábitos de poupança, do seu espírito de risco, da sua irreverência, da tolerância dos hábitos culturais relativamente à heterodoxia, da ética do trabalho, da defesa dos direitos de propriedade (todas estas, numa enumeração não exaustiva, causas apresentadas dispersamente na obra de D. Landes), qual seria a eficácia explicativa de cada uma delas? Qual a ponderação a atribuir a cada uma? Ficando ainda por resolver o problema da sua exogeneidade. Será que todas elas são causas do desenvolvimento económico, ou algumas, pelo contrário, são apenas consequências?

Não deixa de ser agradável ver um historiador da economia defender tão abertamente os princípios políticos, ideológicos e morais do liberalismo. Há poucas obras assim. É um óbvio e bem-vindo sinal dos tempos, pois esquecidas parecem estar as velhas diatribes marxistas ou keynesianas sobre a irracionalidade do mercado e a maior eficiência da organização estatal. Há dez anos atrás este livro provavelmente não teria sido escrito. Landes teria certamente gasto muito mais tempo a mostrar timidamente a ineficácia das economias socialistas. Teria certamente gasto muito mais tempo a mostrar cautelosamente a eficácia da economia de mercado. Hoje não precisa de fazer isso: os factos derrotaram o keynesianismo nos anos 70 e o socialismo nos anos 80. Landes pode assim dar largas ao seu triunfalismo. Ainda bem que esse triunfalismo pende agora para o lado liberal, morto e enterrado que parece estar o estatismo. Mas um pouco mais de rigor ou cautela também não seriam despropositados.

Para resumir, este é um excelente livro de divulgação. A divulgação, como todos sabemos, não se compadece com complicações técnicas ou teóricas e a obra de Landes

ressente-se disso. Para quem agora se inicia na história económica esta é seguramente uma obra recomendável. Sendo tão bem escrita e persuasiva, deveria talvez vir com uma nota cautelar, semelhante às que o governo inscreve nos maços de tabaco: «Este livro pode criar ideias erradas aos incautos. Não acreditar em tudo o que nele vem escrito». Apesar de todas as críticas, não se vê como deixar de aconselhar vivamente a sua leitura.